Acervo ISA

A CRÍTICA | MANAUS - AM | 22 MAR 1980

CEDI - P.I.B.
DATA 28 05 86
APDIO

CONFLITO CONTINUA SEM DEFINIÇÃO

CARTA ABERTA AO GOVERNO LINDOSO

Falta de máquinas, início das atividades fora de época, atrasos na elaboração e análise dos projetos foram os principais problemas denunciados pela Associação dos Produtores do Distrito Agro-Pecuário da Suframa, ao Governador José Lindoso.

Os associados reivindicam aumento do valor de custeio para mudas e aquisição de sementes de seringueira; a extinção do requerimento pelo mutuário para elaboração de projetos encaminhados aos agentes financeiros, e pedem que seja instalada pela Emater-AM um escritório para atender todas necessidades do Distrito.

AS RAZÕES DO ATRASO

Na carta aberta enviada ao Governo do Estado, associados acusam que o processo de implantação de projetos de seringal de cultivo no Distrito Agropecuário vem sofrendo sérios retardamentos que chegam, na opinião deles, a comprometer um ou mais anos agrícolas.

Um dos fatores que mais vem dificultando a implantação dos projetos, é a rigidez administrativa muito grande na Emater—AM, que vem insistindo em somente elaborar novos projetos quando o anterior encontrar-se totalmente implantado. "Esse procedimento, diz o documento de quase quatro laudas, "prejudica a dinâmica que os empresários pretendem imprimir no Distrito Agropecuário".

Explica a Associação dos Produtores que no sistema atual, a Emater-Am inicia a elaboração dos novos projetos apenas quando o empresário conclui o plantio previsto no projeto anterior, o que ocorre nos meses de abril-maio. Dessa forma, a contratação, inevitavelmente, verifica-se em julho-agosto. Nesse período, afirma o relatório, já deveria ter sido concluído o desmatamento da área, novos e irracionais atrasos vêm a ocorrer, provocando, em consequência, prejuízos generalizados

Informam ao Governador José Lindoso que inúmeras foram as vezes que recorreram a Emater-Am e a resposta que sempre tiveram foi: "não são norma do PROBOR. Afirmam que os projetos feitos anualmente são baseados na variação da ORTN. Os referentes a 1979/80 ainda não foram completamente calculados alegando esse órgão" atrasos da SUDHEVEA" no fornecimento do índice ou falta de pessoal para realizá-los.

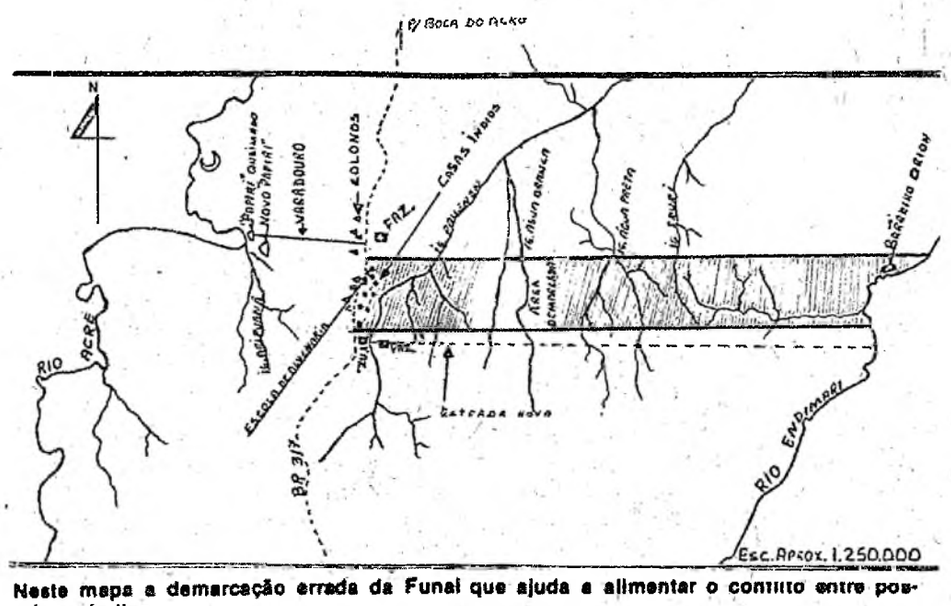
Por causa disso, os produtores disseram que o empresário fica dessa forma prejudicado pelos nefastos efeitos da inflação sobre o dinheiro, o que os obriga muitas vezes a realizar empréstimos no mercado a custos elevadíssimos, para evitar a paralisação de seus projetos.

Outro fator destacado no texto de reivindicação e críticas ao Governador José Lindoso, foi a total falta de material botânico para enxertia dos viveiros. Advertem que, "como não há plantio sem muda, se não for desencadeada uma ação imediata no sentido de corrigir esse problema, ocorrerá o que todos nós queremos evitar a qualquer custo: existência de áreas prontas para plantio, sem a correspondente disponibilidade de todos enxertados ao nível das necessidades dos projetos.

PLEITOS

Propõem os produtores que sejam realizados gestões junto à Superintendência da Borracha — SUDHEVEA — no sentido de aumentar o valor de custeio para mudas de seringueira de Cr$ 15,00 para Cr$ 25,00 assim como o valor para aquisição de sementes de seringueiras de Cr$ 15,00 para Cr$ 25,00 o quilo, tendo em vista os valores vigentes não mais corresponderem aos custos atualmente praticados.

Seja determinado também à Emater—Am, a elaborar os novos projetos a serem encaminhados ao agente financeiro, no início do ano, ficando a contratação dos mesmos na dependência do cumprimento do cronograma do projeto anterior, bem como a execução dos cálculos dos reajustes em tempo diligente e de forma automática (independente de precisar ser requerido pelo mutuário).



Neste mapa a demarcação errada da Funai que ajuda a alimentar o conflito entre posseiros e índios.

Até às 22 horas de ontem o Governo do Estado não divulgou qualquer informação sobre as observações que o grupo oficial, deslocado na quarta-feira para Boca do Acre, está procedendo sobre o conflito entre posseiros e índios deflagrado nesta semana.

O Governador José Lindoso viajou para Ipixuna (hoje, deve estar em Eirunepé). Mal tempo e dificuldade nas comunicações são os principais argumentos para justificar este silêncio que o padre Egydio Schwade traduziu para o Jornal de Brasília (quinta-feira) como sendo "acobertado por políticos do Amazonas, principalmente pelo deputado federal do PDS Vivaldo Frota e pelo Governador José Lindoso". Afirmou ainda o missionário que o governo amazonense vem exercendo pressões contra os índios Apurinã desde os tempos do general Iamarth Araújo, ex-presidente da Funai.

Da área do Governo, em Manaus, somente o deputado Vivaldo Frota comunicou-se (ou liberou sua informação) com a área do conflito. O delegado regional da Funai, Kasuto Kawamoto, evitou qualquer declaração objetiva sobre os acontecimentos afirmando que o assunto é da alçada da 8ª. Delegacia de Porto Velho, que se comunica diretamente com Brasília "nos deixando sem qualquer informação", muito embora oficialmente se tenha divulgado que pelo menos um observador da Funai de Manaus tenha se deslocado para a região de Boca do Acre.

Em Brasília a assessoria da presidência da Funai divulgou que a polícia federal amazonense foi acionada para intervir em Boca do Acre onde 300 colonos ameaçaram atacar os índios Apurinã do Posto Indígena de Boca do Acre. Seguiram também para aquela área observadores do CMA, SNI e Polícia Militar do Estado (Major Medeiros).

Informaram os assessores da Funai que há mais de um mês se teve notícias de que os colonos — que atacaram um posto do Incra — estavam recebendo armas e que o chefe do Posto Indígena de Boca do Acre, Ronaldo Oliveira, será retirado da sua função por ter sido ameaçado de morte pelos colonos.

Os posseiros e os índios disputam uma faixa de terra na altura do quilômetro 45 da estrada que liga Rio Branco a Humaitá. Desde o final de 1979 posseiros e índios vêm mantendo alguns atritos pois os brancos reivindicam uma área coberta de castanhais que se encontra dentro da reserva indígena.

Além dos posseiros a área indígena vem sendo invadida também pelo grileiro João Storbile, segundo depoimento do superintendente da Funai ao jornal brasiliense e de acordo, também com o relatório da situação levantada pelo sertanista Ronaldo. Esse grileiro também está sendo acobertado pelos políticos do Amazonas.

A área dos A Apurinã foi decretada como de ocupação indígena no dia 10 de janeiro, quando a Funai enviou ao Governador José Lindoso um ofício comunicando sua decisão.

Na mesma época a Funai solicitou ao Incra maiores informações sobre a área e até o momento não recebeu nenhuma resposta.

Após o contato que manteve por fonia ontem com Boca do Acre o deputado Federal Vivaldo Frota não acrescentou nada de novo ao depoimento que o prefeito do município Valdir Ávila prestou a A CRÍTICA na quarta-feira desta semana: ambos estão ansiosos que a questão se resolva mais uma vez contra os índios.

DELEGADO DA FUNAI NADA SABE SOBRE BOCA DO ACRE

"Não temos nada de novo sobre o problema de Boca do Acre, aquela área não pertence à nossa Delegacia, e sim à 8ª. Delegacia de Porto Velho". Com essa declaração, o Delegado Regional da Funai no Amazonas, Kasuto Kawamoto, evitou fazer qualquer declaração objetiva sobre o conflito entre índios e posseiros no município de Boca do Acre.

Disse o delegado da FUNAI, que não poderia falar sobre os últimos momentos do conflito, uma vez que qualquer informação sobre o assunto Porto Velho se comunica diretamente com Brasília "nos deixando sem qualquer informação". O conflito foi gerado com a insatisfação dos posseiros que não aceitam a decisão da FUNAI em ampliar o Território dos índios Apurinã. Mas, segundo a informação do CIMI de Manaus e Rio Branco, "não se trata de aumentar e sim, de corrigir as terras que foram demarcadas de forma errada pela FUNAI".

Anteontem, observadores do Comando Militar da Amazônia, Serviço Nacional de Informação e da Polícia Militar, se deslocaram para Boca do Acre, a fim de fazer um levantamento do conflito entre os posseiros e os índios Apurinã. Antes, o posseiros já haviam tomado a sede do Incra, fazendo 5 funcionários reféns. Os posseiros, amparados pelo prefeito do município, Waldir Ávila, insistem em dizer que "os descendentes de índios não precisam de terras pois nada produzem".

Mas, ontem, baseados em documentos oficiais, o CIMI corrigiu todas as colocações do prefeito afirmando que "ele mentiu para defender os interesses de latifundiários da região, ou não conhece a realidade histórica do município que governa".